

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Joyce Kelly Rosa Ribeiro

**ANMIGA: REFLEXÕES SOBRE A LUTA, REPRESENTAÇÕES E APAGAMENTO DAS MULHERES
INDÍGENAS**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Elizabeth de Paula Pissolato

Juiz de Fora
2023

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, JOYCE KELLY ROSA RIBEIRO, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202172134A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **ANMIGA: REFLEXÕES SOBRE A LUTA, REPRESENTAÇÕES E APAGAMENTO DAS MULHERES INDÍGENAS**, desenvolvido durante o período de 08/2023 a 12/2023 sob a orientação de Elizabeth de Paula Pissolato, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 20 de Dezembro de 2023.

Joyce Kelly Rosa Ribeiro

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou (x) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e assinada pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

ANMIGA: REFLEXÕES SOBRE A LUTA, REPRESENTAÇÕES E APAGAMENTO DAS MULHERES INDÍGENAS

Joyce Kelly Rosa Ribeiro¹

RESUMO

O presente artigo implica na reflexão e indagação sobre as dificuldades sofridas pelas mulheres indígenas nos âmbitos social, ambiental, político e de gênero, afim de ressaltar a importância dos movimentos indígenas nesse aspecto, principalmente a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), com objetivo de expor, refletir e relatar a importância de tal movimento perante as dificuldades sofridas pelas mulheres originárias, seu objetivos, modos de luta, o que defendem, suas conquistas durante os anos de luta, principalmente na contemporaneidade, e os aspectos de suas lutas. Através da pesquisa bibliográfica, será iniciada uma reflexão sobre a origem das lutas e movimentos femininos indígenas e logo após a apresentação da articulação ANMIGA, resultando assim na apresentação das violências sofridas pelas mulheres indígenas, voltada à violência de gênero, aos anos de governo de Jair Bolsonaro, violações dos territórios indígenas e meio ambiente e as lutas durante a pandemia de *covid-19*. Por fim, considera-se e destaca-se a necessidade de escuta e espaço da luta das mulheres indígenas e da importância da ANMIGA.

PALAVRAS-CHAVE: ANMIGA. Mulheres indígenas. Agronegócio. Jair Bolsonaro. Violência de gênero. Território.

1. O “VENTRE” DO BRASIL

O povo brasileiro nasceu bem antes de nosso território ser definido como país, ser demarcado e fixado em determinado espaço e ser nomeado de “Brasil”. Antes da invasão de 1500, dentro das matas brasileiras, em meio ao pau-brasil, solos férteis, rios limpos e perfeitos para a pesca, em meio ao enorme e extenso litoral leste da América Latina, os indígenas habitavam e as mulheres indígenas, de diversas etnias, em diversas regiões, viviam de suas práticas na terra, que futuramente seriam exploradas e usurpadas.

Dessa forma, depois de anos de violência das “mães do Brasil” e abuso de seus povos, a realidade contemporânea não parece muito diferente do passado da nação brasileira, “de fato, no Brasil, ainda estamos engatinhando no tratamento da questão da discriminação e violência contra a mulher indígena” (VERDUM, 2008, p.15). O fato dos movimentos das mulheres indígenas no Brasil se configurar como algo atual, apresentando avanços em diversas áreas das lutas indigenistas das mulheres, não deixa de evidenciar o descaso político e social permanente na trajetória brasileira, no qual as mulheres indígenas continuam na tentativa exaustiva de manter suas raízes contra a discriminação de gênero, social, ambiental e estatal, como dito por Ricardo Verdum:

Se, por um lado, já se tem avanços significativos no campo da prevenção e enfrentamento de situações de discriminação e violência contra as mulheres indígenas em contexto interétnico (entre “brancos” e “indígenas”), o mesmo já não se verifica a respeito da discriminação e violência contra essas mulheres nas relações conjugais, familiares e intra-étnicas. (VERDUM, 2008, p.12)

Diante das inúmeras agressões relatadas e sofridas pelos povos originários, suas lutas permanecem com total vitalidade. A Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), é um dos importantes movimentos de manifestação e luta pelas políticas e direitos indigenistas das mulheres. O movimento é formado por inúmeras mulheres de diversos povos do Brasil, a fim de assegurar os direitos das mulheres indígenas e contribuir para a resistência dos povos originários como um todo. A Articulação, criada em 2021, define as mulheres a partir de seu “território-corpo”, assumindo a luta pela terra e demarcação, contra o machismo, opressão, racismo e pela preservação ambiental. Através de suas resistências políticas contra o genocídio dos povos originários, como a II Marcha das Mulheres indígenas, que se juntaram com outros movimentos, como a

¹ Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Elizabeth de Paula Pissolato.

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), foram importantes no combate ao marco-temporal² e a política de morte indígena promovida pelo Estado brasileiro durante os quatro anos de forte agressão pelo governo de Jair Bolsonaro.

Constantemente, os povos indígenas, mais precisamente as mulheres indígenas, tem sofrido agressões por conta do avanço do agronegócio, do desmatamento, do garimpo ilegal e dá invasão de suas terras e de seus corpos, sendo as maiores vítimas de abuso sexual de garimpeiros e outros invasores. Durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, essas violências ficaram cada vez mais intensas e translúcidas, na qual por meio de políticas anti-indígenas (como o dito “passar a boiada” durante o comando do ex-ministro Ricardo Salles e a tese do marco-temporal, que mesmo sendo anterior ao governo Bolsonaro, ganhou ainda mais voz durante seu comando), o ex-presidente e seus ministros minavam a existência e resistência indígena, jogando-os às mazelas e desamparos sociais e, em um pensamento negacionista que ficou evidente durante a pandemia de *corona vírus* e os quatro anos de governo Bolsonaro, expondo os corpos indígenas ao vírus, sem proporcionar amparo médico e cuidados básicos, nessa nova reprodução, da expressão usada em 1966 por Henry F Dobyns, de um Cataclismo Biológico³.

Mesmo diante de todo essa tentativa de genocídio, as mulheres indígenas assumiram um importante papel no combate da covid-19, das violências sofridas por elas e pelos seus territórios, fatos que serão destacados e elaborados durante a construção do presente artigo, ecoando a importância da Articulação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade perante os temas citados.

Portanto, se faz necessário a reflexão e estudo sobre os movimentos das mulheres indígenas, mais precisamente sobre o movimento ANMIGA e sua importância na luta feminina indigenista. Por meio da investigação da bibliografia em um ideal social e histórico, será possível desenvolver a importante reflexão e análise do movimento ANMIGA e da luta das mulheres indígenas, destacando a importância da voz do movimento e a necessidade de atenção para um movimento mais amplo, afirmando que a “mãe do Brasil é indígena”.

O presente artigo contará com uma explicitação sobre a origem e caracterização do movimento ANMIGA, além de citar a trilha dos movimentos indígenas femininos. Após, será desenvolvido uma reflexão sobre o movimento em algumas vertentes já pré-estabelecidas, com foco na luta das mulheres indígenas na contemporaneidade.

2. AS MÃES-TERRAS DE UMA NAÇÃO

As lutas e discussões das questões das mulheres indígenas e de gênero se iniciaram décadas antes da criação do movimento ANMIGA (Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade), por volta dos anos 1970, 1980 e 1990. As mulheres indígenas buscavam e conquistavam espaços a fim de garantir a troca de experiências entre elas para estabelecer estratégias com objetivo de expandir sua voz e luta, no enfoque das relações de gênero, mas sem abandonar as pautas indigenistas já conhecidas e dialogadas. Mesmo que a luta tenha se iniciado de forma mais efetiva por volta desses períodos, apenas anos depois, “em 2006 o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) decidiu desenvolver uma linha de ação específica voltada para a proteção e promoção dos direitos das mulheres originárias no contexto das políticas públicas”. (VERDUM, 2008, p.8)

Os processos mais intensos se iniciaram durante o fim da década de 1980, na qual as mulheres indígenas participaram mais efetivamente de reuniões em âmbito nacional e internacional, além da criação das primeiras organizações e associações das mulheres originárias, como a Amarn (Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro), fundada em 1987, e a Amitrut (Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Taracua, Rio Uaupés e Tiquié), fundada em 1989.

Os movimentos femininos originários estão presentes em muitas regiões brasileiras, mais precisamente e de forma mais concentrada na região amazônica, berço do primeiro departamento de mulheres indígenas, que deu início ao processo de articulação regional das mulheres indígenas, com intuito de se fortalecerem nos vieses públicos e políticos, mostrando sua vontade de mudança para sua coletividade feminina e para seu povo como um todo.

² Trata-se de uma tese jurídica com o objetivo de reavaliar a demarcação das terras indígenas, na qual os povos indígenas passam a ter direito de ocupar as terras que habitavam na promulgação da Constituição, em 1988.

³ Expressão usada pelo antropólogo Henry F. Dobyns, que define as epidemias, e seus efeitos, trazidas pelos colonizadores europeus aos povos ameríndios.

No âmbito dos debates, se destacam as violências sofridas pelas mulheres indígenas (como a discriminação, violência doméstica e de gênero, violação de seus corpos, entre outros) e as estratégias de reação a tais agressões, com o intuito de não menosprezar ou diminuir a luta originária como um todo, visando buscar caminhos além da lei Maria da Penha⁴, que por mais que possua o objetivo de combater a violência contra a mulher, deixa as indígenas fadadas a um entendimento de combate longe das realidades efetivas de seu povo, tradições e costumes.

De fato, os movimentos pela luta das mulheres originárias são bastante recentes, como Luís Roberto de Paula elucida no trecho:

O caráter recente dessa mobilização se deve, muito provavelmente, às resistências encontradas pelas mulheres indígenas dentro do próprio movimento indígena que, como sabemos, é historicamente controlado por homens por conta da divisão sexual do trabalho em sociedades tradicionais. Entretanto, há pelo menos outro fator tão importante quanto este que ajuda a compreender mais um pouco tais dificuldades: são notórias as limitações apresentadas por parte do Estado brasileiro no que diz respeito ao diálogo e o reconhecimento das organizações indígenas, de modo geral, independentemente do seu recorte de gênero. (DE PAULA, 2008, p.57)

Entre 2003 e 2007, foram poucas as dotações financeiras para associações de mulheres indígenas, nas quais a maioria das propostas eram voltadas para o âmbito coletivo das áreas indígenas e não para a luta das mulheres em si, além de haver uma dificuldade no levantamento de dados quando o assunto eram contratos e convênios de ajuda financeira e existência de associações femininas. Tais aspectos ressaltam como os movimentos indígenas femininos do começo do século XXI eram e ainda são minorias e como o debate de gênero na questão indígena era e é tratado com insignificância por vários âmbitos sociais dentro e fora das aldeias.

Diante desse quadro, a articulação das mulheres indígenas, com o passar do tempo, ganharam cada vez mais voz, contando com espaços como a ONU (Organização das Nações Unidas), mais precisamente na ONU Mulheres que tem como uma de suas missões garantir o direito das mulheres indígenas em âmbito internacional e auxiliar nas lutas, o que se torna claro no site:

A ONU Mulheres foi criada, em 2010, para unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres. Segue o legado de duas décadas do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) em defesa dos direitos humanos das mulheres, especialmente pelo apoio a articulações e movimento de mulheres e feministas, entre elas mulheres negras, indígenas, jovens, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras rurais.⁵

A realização da primeira marcha das mulheres indígenas em 2019 e, logo após, a criação do movimento ANMIGA reflete o resultado de anos de luta das mulheres indígenas que, por mais tardia que tenha aparecido nas pautas indigenistas, repercutem na contemporaneidade e atingiu e atinge camadas sociais cada vez mais profundas, ecoando de forma mais consistente a necessidade de atenção ao movimento promovido pelas mulheres indígenas em defesa de seus corpos, territórios e de seus povos.

2.1. AS ANMIGAS

Após décadas de lutas, 32 anos após a criação da Amarn, a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade, posteriormente à I Marcha das Mulheres Indígenas, ocorrida em 2019, tinha como lema o “território: nosso corpo, nosso espírito” e contou com aproximadamente 2500 mulheres de 130 povos diferentes do Brasil. O movimento possui redes sociais e um site ricos em informações sobre a criação da articulação, as lutas pautadas, manifestos, além de uma gama vasta de notícias sobre acontecimentos sociais e

⁴ Lei Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006: cria mecanismos de combate à violência contra a mulher, a fim de promover e garantir os direitos e fim da violência doméstica e familiar.

⁵ Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>. Acesso em: 09 de dez. de 2023.

políticos, com intuito de disseminar suas pautas e transmitir conhecimentos sobre a importância da Articulação e da luta das mulheres indígenas.

A importância do movimento se alastra muito mais do que apenas para a transmissão de conhecimentos, ele é uma forma de combate ao racismo indígena, ao machismo (dentro e fora dos territórios indígenas) e uma forma que tais mulheres encontraram para defender seus corpos, vidas, territórios e reivindicações. As mulheres originárias assumiram como palavra de ordem sua presença na origem do Brasil como lemos na apresentação da ANMIGA:

A ANMIGA é composta pelas mulheres indígenas, originárias da Terra. Sabemos que a raiz do Brasil vem de nós, do útero da Terra e de nossas ancestrais. A Mãe do Brasil é Indígena. O Brasil nunca existiu e nunca existirá sem nós. A ANMIGA é essa articulação de mulheres ramos, uma referência nacional que dialoga e está conectada e ramificada com nossas bases, fortalecendo toda mulher que esteja à frente de organizações e de situações dentro e fora do território. Nós entendemos a importância da articulação política, das mulheres-água em constante movimento nas correntezas das lutas. Somos as sementes das nossas ancestrais, aquelas que mesmo antes de existir o movimento social já possuíam o movimento tradicional e ancestral que nos fortalece e está presente em nossos territórios-corpo, refletido em nossos biomas, em nossas águas e nas sementes que pintam, adornam e alimentam nossos corpos[...]⁶

Após sua criação, a articulação cresceu e continua crescendo, contando com mais de 50 mil seguidores em suas redes sociais, mas o dado mais significativo desse crescimento se apresenta diante da II e III Marcha das Mulheres Indígenas.

A II Marcha das Mulheres Indígenas, ocorrida em 10 de setembro de 2021 e organizada pelo movimento ANMIGA junto à APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), contou com a participação de 5 mil pessoas de 172 povos distintos e tinha como lema “Mulheres originárias: reflorestando mentes para a cura da terra”. A marcha teve enorme importância na luta pelos direitos indígenas, na qual a principal reivindicação foi o veto da proposta institucional do Marco temporal, além de darem o destaque para outras pautas, como a emergência climática e a violência de gênero. O ato ocorreu durante a pandemia de *covid-19* e contou com um movimento de segurança sanitária, no qual “se verificou se as/os participantes estavam imunizadas/os com a vacina contra a Covid-19 e também se realizaram testes para diagnosticar a presença ou não do vírus”. (ZONATTO, 2023, p. 20).

Durante a marcha, inúmeras falas de lideranças femininas foram ouvidas, em que deixavam claras as suas reivindicações contra o patriarcalismo e a violência dentro das terras indígenas, como foi sabiamente dito pela cofundadora do movimento ANMIGA, Lucimara Patté:

As mulheres são violentadas e ainda tem que lidar com o fato de suas falas serem questionadas e desacreditadas. Infelizmente, o machismo está dentro dos nossos territórios, nossos povos absorveram isso da cultura dos brancos, mas precisamos que nossas denúncias sejam ouvidas, respeitadas e investigadas. O poder público não pode mais se manter calado, os agentes públicos precisam se juntar a nós nessa luta. Seguiremos em marcha lutando pelos direitos de todas as mulheres indígenas e em memória de todas que se foram.

Mesmo diante de uma sensação fascista em que o país estava tomado no ano de 2021, no qual o ex-presidente Jair Bolsonaro se matinha no poder, e diante de ameaças de eleitores do, até então presidente, a marcha se manteve ativa, realizando sua passeata e evocando por meio de cartazes, gritos, danças e celebrações de suas culturas, a força do movimento indígena e desse movimento específico. Mulheres indígenas de vários países da América Latina se deslocaram para Brasília, com o intuito de apoiar a luta das indígenas brasileiras, estabelecendo e fortalecendo a aliança entre todas as mulheres originárias latino-americanas.

⁶ Disponível em: <https://anmiga.org/quem-somos/>. Acesso em: 12 de out. de 2023.

Os resultados das manifestações e crescimento da Articulação, impulsionou a III Marcha das Mulheres Indígenas, que ocorreu entre 11 e 13 de setembro de 2023 em Brasília, contando com aproximadamente 6 mil mulheres indígenas de diversos biomas e abordando a temática “Mulheres biomas em defesa da biodiversidade pelas raízes ancestrais”, com objetivo de assegurar a luta das mulheres e povos indígenas e manter sua voz ativa contra o apagamento e descaso na luta por seus direitos e evidenciar, com ainda mais força, o combate à violência contra as mulheres originárias. Como lemos no site da ANMIGA:

No centro dessa marcha está um poderoso apelo por direitos iguais para as mulheres indígenas. Essas mulheres enfrentaram inúmeros desafios e injustiças ao longo de suas vidas, mas se recusam a continuar sendo silenciadas. Exigimos acesso a cuidados de saúde de qualidade, educação e oportunidades econômicas. Lutamos pela proteção da terra e recursos naturais, que vêm sendo explorados por muito tempo. Defendemos o fim da violência contra as mulheres indígenas, um problema generalizado que tem atormentado nossas comunidades há gerações.⁷

É evidente a expansão e conquista de espaço que as Marchas e a Articulação conquistaram, o número de mulheres indígenas participando das marchas organizadas pela ANMIGA cresceu desde a I Marcha, até a III Marcha. Esse fato mostra a força do movimento feminino indígena, a importância da união de todas perante sua existência e o resultado de anos de conquista de espaços. Todas as mulheres originárias devem ser respeitadas e escutas, movimentos como as ANMIGAS precisam ganhar cada vez mais o holofote, para que os ideais e as lutas sejam manifestados em várias outras dimensões políticas e sociais.

Além da organização das marchas, as ANMIGAS destacam sua indignação contra a violência de gênero sofrida pelos seus corpos, dentro e fora de seus territórios, defendem a reforma agrária e a demarcação de terras, asseguram a presença do matriarcado indígena em todos os espaços do globo, lutam pela dignidade de todos os povos originários e, principalmente, dignidade das mulheres, contra o racismo, agronegócio, a destruição ambiental e invasão de suas terras (o que fica explícito na disseminação do lema “território-corpo”) e se manifestam pelo direitos das políticas indígenas como um todo e pela igualdade de gênero para o coletivo feminino indígena.

Desde a criação da Articulação, o movimento reúne vozes de extrema importância, destacam a participação das mulheres indígenas dentro da política, da educação, da saúde e em todos os locais que quiserem estar. Articularam caravanas e se mostraram extremamente presentes diante da pandemia de *covid-19*, sempre se manifestando contra o genocídio de seu povo durante o surto do vírus e pela preservação do corpo indígena, principalmente feminino, contra a agressão governamental do ex-governo Bolsonaro e sua política anti-indígena e anti-vacina.

Perante esse quadro, entre os dias 7 e 8 de agosto de 2020, organizaram a assembleia online “O sagrado da existência e a cura da terra”, a fim de destacar as lutas que tinham se aprofundado no contexto pandêmico, debater sobre o extermínio indígena e fortalecer a aliança das mulheres indígenas. Ademais, diante dos quase 1000 indígenas mortos e 162 povos afetados pela doença (de acordo com o Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena)⁸, as mulheres indígenas tiveram papel importante na atuação de barreiras sanitárias e enfrentamento ao *coronavírus*.

Tais fatos destacam ainda mais a presença da mulher, de suas discussões e a importância da existência da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade.

2.2. A LUTA DAS MULHERES INDÍGENAS: CONTRA A DESTRUIÇÃO E VIOLÊNCIA

As ANMIGAS asseguram dentro de seus discursos a necessidade de combate à crise ambiental, promovendo uma “crítica ecológica” contra o sistema capitalista atual, que favorece a destruição ambiental a fim de manter lucros e exploração diante da natureza, atingindo fortemente os povos originários, que buscam, em sua

7

Disponível em: <https://anmiga.org/pelo-fim-das-violencias-contra-as-indigenas-mulheres-iii-marcha-das-mulheres-indigenas-ira-ocupar-as-ruas-de-brasilia-na-quarta-feira-13-09/>. Acesso em: 21 de out. de 2023.

⁸ Disponível em: https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados_covid19/. Acesso em: 12 de out. de 2023.

grande maioria, defender seus territórios (que geralmente consistem em áreas preservadas) e seus corpos como parte de tais territórios. Portanto, as mulheres originárias acrescentam um enorme papel nessa preservação, no qual “destaca-se a ação política das mulheres indígenas, que constroem lutas diárias em articulações locais, nacionais e transnacionais”. (BARBOSA; NÓBREGA, 2023, p.32).

A crise ambiental no Brasil foi altamente financiada pelo Governo Federal, em destaque entre 2018 e 2022, durante o governo de Jair Bolsonaro, no qual os povos e territórios indígenas se encontraram à margem da sociedade e à encontro da marginalização política e ambiental. Em resposta ao abuso sofrido e em defesa de seus espaços, a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade elaborou um importante manifesto nomeado de “Reflorestamentos: reflorestando mentes de sonhos, afetos, soma, solidariedade, ancestralidade, coletividade e história”, com o ideal de chamar atenção para a defesa da natureza e a preservação ambiental.

De acordo com o levantamento do MapBiomias⁹, entre os anos de 2010 e 2020, o desmatamento em áreas de preservação indígena cresceu 495%, com enfoque nos quatro anos de governo Bolsonaro, que contou com a tentativa de aprovação do Projeto de Lei 191/2020 que tinha por objetivo a instalação de hidroelétricas, legalizar o garimpo e autorizar a mineração em áreas indígenas. Diante da PL 191/2020, a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade manifestou, em seu site, sua indignação e repúdio contra a tramitação da PL, alegando sua inconstitucionalidade e destacando que tal Projeto visava permitir a invasão das terras indígenas e a degradação ambiental. Já em um boletim divulgado em 2022 pelo SRAD-I (Sistema de alerta de desmatamento em terras indígenas com registros de povos isolados), foi identificado que “entre março e abril de 2022, 133 hectares [foram] desmatados no interior das terras indígenas monitoradas com presença de povos isolados. Além do roubo de madeira, as áreas desmatadas também estão relacionadas com a abertura de garimpos ilegais”¹⁰.

Observando tais dados, é necessário destacar que diante de todas as atrocidades cometidas contra os povos indígenas e seus territórios, as mulheres originárias são altamente afetadas, vivenciando na pele o racismo ambiental ligado com a desigualdade de gênero. Além de presenciarem a devastação de seus territórios, serem colocadas na margem da sociedade, sofrerem com o apagamento de sua voz e resistência, ainda enfrentam a violência sexual perante de todas as violências ambientais cometidas. No povo Yanomami, por exemplo, um dos mais atingidos pela invasão do garimpo ilegal, pelo menos 30 meninas foram vítimas de abuso sexual e ficaram grávidas de garimpeiros, dado esse divulgado pela Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e noticiado pelo GreenPeace¹¹.

Determinadas informações deveriam causar espanto em todas as camadas da sociedade e gerar comoção nacional perante o assassinato e violência das “mães originárias”, porém, o quadro apenas se agrava com o passar do tempo. Portanto, se faz ainda mais forte a presença da luta feminina e a reivindicação da preservação de seus corpos-territórios, como fica evidente no seguinte trecho do manifesto gerado pela ANMIGA:

Cuidar da Mãe Terra é, no fundo, cuidar de nossos próprios corpos e espíritos. Corpo é terra, floresta é mente. Queremos reflorestar as mentes para que elas se somem para prover os cuidados tão necessários com nosso corpo-terra.¹²

A filosofia do “território-corpo”, dessa maneira, “cobra vitalidade no enfrentamento da ‘política de morte’” (BARBOSA; NÓBREGA, 2023, p.37), ocasionada pelo capitalismo que devasta a vida e o bem-estar indígena em favorecimento de uma visão individual do lucro, ocasionando todos os problemas e violências ressaltados anteriormente. Portanto, o pensamento na ideia de corpo como território, cobra o investimento na vida dos povos originários, mais precisamente na vitalidade das mulheres originárias. Barbosa e Nóbrega chamam atenção para as novas formas políticas elaboradas pelas indígenas:

⁹ Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/destruicao-de-terras-indigenas-pelo-garimpo-cresceu-quase-500-em-dez-anos/>. Acesso em: 28 de nov. de 2023.

¹⁰ Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/boletim-sirad-isolados-marco-abril-2022>. Acesso em: 28 de out. de 2023.

¹¹ Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/8m-o-garimpo-ilegal-mata-e-ameaca-o-futuro-das-mulheres-indigenas/>. Acesso em: 28 de out. de 2023.

¹² Disponível em: <https://anmiga.org/manifesto-reflorestarmentes-reflorestarmentes-de-sonhos-afetos-soma-solidariedade-ancestralidade-coletividade-e-historia/>. Acesso em: 21 de out. de 2023.

As mulheres indígenas vão firmando suas presenças, sem esquecer suas ancestralidades, o chão da aldeia, o alimento dos filhos, as sementes da cultura e os encantados. A participação delas é englobada por todos esses elementos. É uma política encarnada, que pulsa a partir de sons inaudíveis. “Não lutar com a mesma arma do inimigo não significa que estamos desarmadas”, afirmaram as mulheres indígenas brasileiras durante a 2ª Marcha ocorrida em Brasília. São essas novas armas das mulheres indígenas que inauguram novas formas de lutar no contexto do movimento indígena, contribuindo, ainda, para aprofundar os debates de uma ecologia política feminista. (BARBOSA; NÓBREGA, 2023, p.38).

Se faz, então, a luta que as mulheres indígenas podem ofertar, mobilizando seus corpos no enfrentamento por seus territórios, plantando-se no chão do que pertencem, originalmente à elas e ao seu povo, colocando-se em vários espaços políticos, sociais, econômicos, educacionais e todos que optarem por permear como forma de se fazerem ouvidas, de manifestarem sua existência e a necessidade de sua resistência. Território vai além do espaço físico na filosofia de pertencimento das mulheres originárias, e corpo vai além da carcaça material, “a Terra, desde os astros, até rios, lagos, montanhas, entre outros seres vivos e não vivos e os encantados. Constitui, portanto, uma ‘comunidade integrada’ com o cosmo.” (BARBOSA; NÓBREGA, 2023, p.41). Assim se faz a importância da preservação ambiental diante da existência das mulheres e povos indígenas, lutando para a diminuição da violência e o cuidado de seus espaços, afinal o Brasil como um todo é território indígena e a nação brasileira possui laços na mãe originária, como é ressaltado pelo movimento ANMIGA, “a raiz do Brasil vem de nós, do útero da Terra e de nossas ancestrais”¹³.

2.3. DAS MATAS, PARA A LUTA

As discussões das pautas indígenas não é algo contemporâneo, pode-se afirmar que a luta indígena se iniciou em 1500 com a invasão portuguesa. Por mais que a voz feminina indígena tenha cada vez mais conquistado espaços dentro e fora de suas aldeias, por mais que as representações sociopolíticas tenham aumentado, existe um longo caminho para se percorrer no meio indígena feminino. A existência de movimentos como a ANMIGA, a ONU mulheres e tantos outros, ressalta a força que as mulheres originárias construíram com o tempo.

As mulheres indígenas, na contemporaneidade, ocupam espaços que antes eram amplamente ocupados pelos seus opressores, como é o caso do meio político, na qual uma das principais líderes femininas é Sônia Guajajara, atual Ministra dos Povos Indígenas do Brasil, ressaltando também o nome de Joziléia Kaingang, cofundadora da ANMIGA e atual integrante do Ministério dos Povos Indígenas¹⁴. Além disso, as vozes femininas indígenas ecoam sua luta por meio da área acadêmica, como é o caso de Altaci Corrêa Rubim, primeira professora indígena da UnB (Universidade de Brasília)¹⁵. O trecho, retirado do site da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade, destaca a importância da multipresença das mulheres indígenas em todos os espaços:

Somos muitas, somos múltiplas, somos mil-lheres, cacicas, parteiras, benzedeiras, pajés, agricultoras, professoras, advogadas, enfermeiras e médicas nas múltiplas ciências do Território e da universidade. Somos antropólogas, deputadas e psicólogas. Somos muitas transitando do chão da aldeia para o chão do mundo.¹⁶

¹³ Disponível em: <https://anmiga.org/quem-somos/>. Acesso em: 12 de out. de 2023.

¹⁴ Disponível em: <https://www.apufsc.org.br/2023/01/13/formadas-pela-ufsc-jozeleia-kaingang-e-kerexu-yxapyry-assumem-cargos-no-ministerio-dos-povos-indigenas/>. Acesso em: 30 de out. de 2023.

¹⁵ Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2022/06/5017303-altaci-correa-rubim-a-primeira-professora-indigena-da-unb.html>. Acesso em: 28 de nov. de 2023.

¹⁶ Disponível em: <https://anmiga.org/manifesto/>. Acesso em: 12 de out. de 2023.

Essa conquista de espaço mostra resultados da luta das mulheres indígenas. Mesmo com todos os embargos, sejam políticos, ambientais sociais, estruturais e históricos, a força da mulher originária se mantém poderosa junto de suas raízes. Portanto, é importante a escuta, atenção e ajuda em suas lutas, compartilhar suas vozes, apoiar seus projetos e divulgar suas manifestações. Colaborar com as mulheres indígenas, é colaborar com nossas raízes, nosso passado, presente e futuro, é desejar justiça de gênero, justiça social, política, racial, é contemplar pautas necessárias para todos, como a preservação ambiental.

Se afirma, assim, que a cronologia que deu à criação da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade, foi de intensa qualificação, por mais demorado que o processo tenha sido. Décadas de diferença entre a primeira articulação de mulheres indígenas até as atuais articulações, coloca a impressão de demora, porém, se for reavaliado tais fatos, durante a década de 1980 e os anos de 2019, se teve, como exemplos de conquista, a APOIME (Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo) em 1994 coordenada pela mulher indígena Maninha Xukuru Kariri, a criação da CONAMI (Conselho Nacional de Mulheres Indígenas) em 1995 e a Primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres em 2006, que elucidou a importante pauta da Aliança de Parentesco Afro-Indígena.

Reivindicar, portanto, é uma das maiores ferramentas dessas mulheres, reivindicar sua posição como origem de um povo, reivindicar a necessidade de políticas afirmativas e não marginalizadoras, reivindicar o bem da natureza e o fim da exploração. A voz da mulher indígena deve ser levada como o “fruto” de um bom futuro, a origem de um novo entendimento sobre a natureza da física e a natureza da existência e resistência dessas mulheres.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as reflexões apresentadas no presente artigo, é possível evocar o lugar de “mãe originária” que as mulheres indígenas possuem. De fato, não se deve prender apenas na luta compartilhada por elas como algo que coexista com o sistema e a realidade, se faz necessário a participação, por menor que seja, do combate as agressões sofridas pelas mães originárias da nação brasileira, antes mesmo de nosso território ser classificado como país.

Como possíveis aliados, uma das conclusões que pode ser tomada, é que por meio do conhecimento de movimentos como as ANMIGAS, conhecimento das lutas e necessidades das mulheres indígenas e entendimento de suas reivindicações, todos os indivíduos do povo brasileiro podem se transformar em uma coletividade relacionada ao auxílio das necessidades sociopolíticas, ambientais e geracionais das mulheres originais e dos povos indígenas como um todo. Se evoca então, a importância de que a sociedade brasileira se inteire das questões ambientais e das políticas femininas indigenistas, que contribuam para que artistas, intelectuais, políticas e entre outras muitas classificações de mulheres indígenas, possam ser cada vez mais escutadas.

As mulheres indígenas são o território-corpo não apenas das demarcações indígenas, mas de toda porção do Brasil e da América Latina, sua ancestralidade se espalha por todo território, por toda natureza e por toda origem de vida brasileira e latino-americana, como é fortificado pelo movimento ANMIGA:

Nós, Mulheres Indígenas, também somos a Terra, pois a Terra se faz em nós. Pela força do canto, nos conectamos por todos os cantos, onde se fazem presente os encantos, que são nossas ancestrais. A Terra é irmã, é filha, é tia, é mãe, é avó, é útero, é alimento, é a cura do mundo.¹⁷

Portanto, além da apresentação os desafios e problemas enfrentados pelas mulheres indígenas, se faz necessário destacar as conquistas dessas mulheres, que refletem sobre o hoje e o amanhã, mas sem deixar a ancestralidade e passado, atravessando gerações. Diante disso, a criação das primeiras articulações nos anos 1980 e 1990 (e até mesmo antes dessas décadas), possibilitaram a abertura de novos movimentos, além da conquista de políticas voltadas para as mulheres indígenas e a abertura de espaços para tais, como é o caso da fundação da CONAMI citado anteriormente. Os movimentos, como alegado pela ANMIGA, fortalecem “toda mulher que esteja à frente de organizações e de situações dentro e fora do território”¹⁸.

¹⁷ Disponível em: <https://anmiga.org/manifesto/>. Acesso em: 12 de out. de 2023.

¹⁸ Disponível em: <https://anmiga.org/quem-somos/>. Acesso em: 12 de out. de 2023.

Como forma de destacar as conquistas atemporais das mulheres originárias, a ONU Mulheres criou o Abril Indígena, pautando as principais realizações da luta das mulheres indígenas e fortalecendo discussões importantes e relevantes para os movimentos, como fica claro na nota de celebração do Abril Indígena de 2023 lançada no site:

Este ano, temos muito a celebrar junto ao movimento indígena, especialmente o aumento da representação dos povos indígenas em cargos de decisão em níveis federal e estadual, a posse da primeira presidente indígena da FUNAI, a criação do Ministério dos Povos Indígenas e muitos outros ganhos. Em todos esses avanços e resultados extraordinários, as mulheres indígenas desempenharam um papel central.¹⁹

A existência de tal comemoração em um órgão internacionalmente importante como a ONU já revela a relevância conquistada por anos de luta das mulheres indígenas. Além disso, a ANMIGA contar com uma quantidade significativa de seguidores em suas redes sociais, as marchas das mulheres indígenas terem conquistado, a cada ano, um número cada vez maior de participantes, a presença ainda mais efetiva de mulheres indígenas nos meios políticos, o que “de acordo com dados da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), com base nas estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas eleições de 2020 foram eleitos 234 representantes de 71 povos originários, sendo 10 prefeitos, 11 vice-prefeitos e 213 vereadores. Nesse universo, 31 mulheres indígenas foram eleitas, ou seja, 13% do total. Em 2016, foram apenas 15 indígenas eleitas ou 8% do total”²⁰. Por mais que o crescimento tenha sido pouco, ainda sim é enormemente significativo e evidencia as conquistas das mulheres indígenas.

Recentemente, uma conquista significativa foi “a adoção pelo Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW) da Recomendação Geral Nº 39 (2022) sobre os direitos das mulheres e meninas indígenas. Esta é a mais nova ferramenta legal internacional, que exige que os governos desenvolvam e implementem imediatamente leis e políticas abrangentes para enfrentar a discriminação histórica e a violação dos direitos individuais e coletivos das mulheres indígenas”²¹.

Essas são algumas conquistas dentre tantas outras realizadas durante os anos. Portanto, existe a necessidade da população não indígena em se envolver e se colocar no ambiente de escuta dos movimentos indígenas, além da sociedade e o Estado precisar promover o acolhimento dos povos originários e suas lutas, principalmente das mulheres. Mesmo com muitas conquistas, as lutas das mulheres indígenas continuam recebendo ainda mais espaços em diversos ramos, como por exemplo na cultura que conta com a participação da rapper Katú Mirim, responsável pela campanha “índio não é fantasia”, na área da saúde que tem a participação de uma das primeiras médicas indígenas do Brasil, Myrian Krexu²² e a primeira mulher a comandar a FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), Joenia Wapichana²³.

As lutas são múltiplas, as conquistas também. As mulheres indígenas devem possuir voz e espaço, assim como estão mostrando que possuem. Nomes como os citados e movimentos como as ANMIGAS refletem o passado, porém também encaminham o futuro. A luta das mulheres indígenas é algo importante para toda a

¹⁹ Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/abril-indigena-comemorando-os-avancos-das-mulheres-indigenas-na-sua-luta-por-direitos-humanos/#:~:text=Outro%20exemplo%2C%20a%20conquista%20mais,das%20mulheres%20e%20meninas%20ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 09 de dez. de 2023.

²⁰ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/noticias/atuacao-politica-de-mulheres-indigenas-cresce-mas-ainda-esbarra-em-racismo-e-violencia-de-genero>. Acesso em: 09 de dez. de 2023.

²¹ Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/abril-indigena-comemorando-os-avancos-das-mulheres-indigenas-na-sua-luta-por-direitos-humanos/#:~:text=Outro%20exemplo%2C%20a%20conquista%20mais,das%20mulheres%20e%20meninas%20ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 09 de dez. de 2023.

²² Disponível em: <https://www.synergiaconsultoria.com.br/fique-por-dentro/conheca-personalidades-indigenas-que-estao-se-destacando/>. Acesso em: 09 de dez. de 2023.

²³ Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/saiba-quem-sao-as-mulheres-indigenas-que-se-destacam-no-brasil.700da1a42b70205bf8eb6c1f26a6b9c7k8gtmjcp.html>. Acesso em: 09 de dez. de 2023.

sociedade, deve ser levada em conta diante de muitos discursos, diálogos e espaços. Afinal, como dito pelas ANMIGAS “a mãe do Brasil é indígena”²⁴.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Lia Pinheiro; NÓBREGA, Luciana Nogueira. **A luta das mulheres indígenas na América Latina e a crise ambiental**. SER social, Brasília, v.26, n.52, p.29-48, jan./jun. 2023.

DE PAULA, Luís Roberto. A organização institucional do Movimento das Mulheres Indígenas no Brasil atual: notas para começar a pensar. In: VERDUM, Ricardo (org.). **Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas**. Brasília: INESC, 2008. p. 56-65.

Instagram ANMIGA. Disponível em: < <https://www.instagram.com/anmigaorg/>. Acesso em: 21 de out. de 2023.

Site APIB. Disponível em: < <https://apiboficial.org/>. Acesso em: 12 de out. de 2023.

VERDUM, Ricardo. Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas. In: VERDUM, Ricardo (org.). **Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas**. Brasília: INESC, 2008. p. 8-17.

ZONATTO, Silvia Andrade. Capítulo 2: a aproximação com o movimento de mulheres indígenas. In: **Vozes de Abya Yala: mulheres indígenas, protagonismo político e enfrentamento à violência**. 2023. Dissertação (Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. p. 18-24.

²⁴ Disponível em: <https://anmiga.org/quem-somos/>. Acesso em: 12 de out. de 2023.